

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ROSÂNGELA ANNUNZIATO

**A LÍNGUA PORTUGUESA:**  
**Uma Proposta Instrumental Para Cursos Técnicos Em Saúde**

Porto Alegre  
2013

ROSÂNGELA ANNUNZIATO

**A LÍNGUA PORTUGUESA:  
Uma Proposta Instrumental Para Cursos Técnicos Em Saúde**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Formação Integrada Multiprofissional em Educação e Ensino da Saúde, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.  
Orientadora:

Prof<sup>ª</sup>. Dr. Alana Martins Gonçalves

Porto Alegre  
2013

*Dedico este trabalho de conclusão de curso à minha família: minha mãe de coração, Maria Elena, meu pai Valmir, meus amores Jean e Francielle, meus irmãos, sobrinhos e cunhadas, que tanto apoiaram e incentivaram o meu crescimento profissional.*

## AGRADECIMENTOS

À professora Dr. Alana Martins Gonçalves, por ser uma orientadora incansável, dedicada, segura, atenta e inspiradora, sempre com orientações valiosas para qualificar o meu trabalho, me conduzindo e me estimulando a seguir este caminho desafiador.

A todos os professores da FACED da UFRGS, bem como secretários e funcionários que, dentro da sua especificidade, me auxiliaram durante o Curso. Em especial a tutora Carine Ângela de Abreu, que sempre foi solícita em me responder às dúvidas referentes ao curso.

As colegas de Curso, Elisa Pinto de Oliveira e Luciane Berto pelo companheirismo, pelas preocupações e ideias compartilhadas, em especial a Enfermeira Vânia Linhares, que me proporcionou estar nesse curso, com sua generosidade em compartilhar informações e torcer pelo meu sucesso.

Ao GHC, pela bolsa de estudo oferecida, pois através dessa ação dei continuidade ao meu desenvolvimento acadêmico.

A todos os amigos e familiares que, de alguma forma, acompanharam a realização deste trabalho.

À Maria Elena, minha mãe de coração, sempre dedicada e com palavras de conforto, não me deixando desistir, sempre me transmitindo força.

Ao Jean e à Francielle, por todo apoio, amor, paciência e compreensão.

Agradeço a Deus, por todas as oportunidades que tive ao longo desta estrada.

*“Pros erros há perdão; pros fracassos, chance; pros amores impossíveis, tempo. De nada adianta cercar um coração vazio ou economizar alma.*

*O romance cujo fim é instantâneo ou indolor não é romance. Não deixe que a saudade sufoque, que a rotina acomode, que o medo impeça de tentar. Desconfie do destino e acredite em você. Gaste mais horas realizando que sonhando, fazendo que planejando, vivendo que esperando, porque embora quem quase morre esteja vivo, quem quase vive já morreu”.*

**Luís Fernando Veríssimo**

## RESUMO

Com a presente pesquisa, situada na área da Educação, pretendemos oferecer à Escola GHC um estudo sobre a importância de inserir a Língua Portuguesa, como Português Instrumental, nos Cursos Técnicos em Saúde, sugerindo uma mudança na matriz curricular dos cursos. A pesquisa parte de constatações dos índices de pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), sobre o desempenho crítico dos alunos da educação básica, que vêm indicando sérias limitações, quanto à leitura e à escrita em língua portuguesa. Por isso a necessidade de definir esse objeto de pesquisa, a partir dessas evidências realizadas pelos sistemas de avaliação. Embasamos a educação profissional, na legislação vigente, para, a partir disso, apresentarmos a língua portuguesa no ensino-técnico profissionalizante com embasamento teórico que trata da importância da comunicação nos cursos técnicos. Veremos também, a escola e o perfil do curso, através do Plano do Curso de Técnico em Enfermagem. Definimos o currículo e as diretrizes gerais e orientadoras da proposta curricular. Discutimos as práticas da linguagem, apresentamos uma breve história da língua portuguesa, abordamos a comunicação como uma necessidade humana e o domínio discursivo como uma esfera da vida social ou institucional. Pretendemos com essa pesquisa, contribuir para a melhoria dos atuais níveis do ensino técnico profissionalizante.

**Palavras-chave:** Língua Portuguesa – Português Instrumental - Educação – Ensino Técnico Profissionalizante – Comunicação

## RESUMEN

Con este trabajo de investigación, situado en la área de la Educación, pretendemos ofrecer a la Escuela GHC un estudio sobre la importancia de inserir la Lengua Portuguesa, como Portugués Instrumental, en los Cursos Técnicos en Salud, sugiriendo una mudanza en la matriz curricular de los cursos. La investigación parte de constataciones de los índices de pesquisa del Instituto Nacional de Estudios y Pesquisa (INEP), sobre el desempeño crítico de los alumnos de la educación básica, que vienen indicando serias limitaciones, cuanto la lectura y la escrita en la lengua portuguesa. Por lo tanto la necesidad de definir ese objeto de la investigación, a partir de las evidencias realizadas por los sistemas de avaliación. Fundamentamos la educación profesional, en la legislación actual, para, a partir de eso, presentar la lengua portuguesa en la enseñanza – técnico profesionalizante con el fundamento teórico que trata de la importancia de la comunicación en los cursos técnicos. Veremos también, la escuela y el perfil del curso, a través del Plan del Curso de el Técnico en Enfermagem. Definimos el currículo y las diretrizes generales y orientadoras de la propuesta curricular. Discutimos las prácticas de la lenguaje, presentamos una breve historia de la lengua portuguesa, abordamos la comunicación como una necesidad humana y el dominio discursivo como una esfera de la vida social o institucional. Pretendemos con esa investigación, contribuir para la mejoría de los actuais niveles de la enseñanza técnico profesionalizante.

**Descripción:** Lengua Portuguesa– Portugués Instrumental - Educación – Enseñanza Técnico Profesionalizante – Comunicación

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2 ESCOLA GHC</b> .....	11
2.1 PERFIL DO CURSO.....	12
2.2 PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DO ENSINO MÉDIO.....	14
2.3 LINGUAGEM.....	15
2.4 HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA.....	16
2.5 COMUNICAÇÃO NA LÍNGUA PORTUGUESA.....	17
2.6 ÍNDICES DA LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO MÉDIO.....	19
2.7 EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE.....	21
2.8 LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO TÉCNICO – PROFISSIONALIZANTE...25	
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	29
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	30
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	32



## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve como objetivo realizar o estudo sobre a importância de inserir a Língua Portuguesa nos cursos técnicos em saúde, da Escola GHC, a partir de constatações dos dados de pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), referente ao desempenho crítico dos alunos da educação básica. Segundo o economista e coordenador do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGV), Marcelo Neri em entrevista para Mariana Mandelli, do Todos pela Educação (2012), revela que o Ensino Médio vem sendo alvo de debate das políticas públicas nos últimos anos. Os dados de desempenho mostram uma situação crítica: apenas metade dos jovens com 19 anos declaram ter concluído o Ensino Médio. Além disso, somente 11% dos que acabam essa etapa da Educação Básica aprenderam o que era esperado dos conteúdos básicos (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2012).

Conforme artigo publicado na revista Alfa, por Silva & Neto (2013), a discussão sobre a disciplina de língua portuguesa no ensino médio tem sido o ápice de questionamentos teóricos e metodológicos em frente aos níveis preocupantes dos resultados apresentados, nestes últimos anos, pelos sistemas de avaliação educacional em andamento em nosso país como: o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) e o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), que vêm indicando sérias limitações dos egressos da educação básica quanto à leitura e à escrita em língua portuguesa. Por isso a necessidade de definir esse objeto de pesquisa, a partir dessas evidências realizadas pelos sistemas de avaliação. Portanto, temos por objetivo apresentar uma proposta de inserção da Língua Portuguesa nos cursos técnicos profissionalizantes, em especial, o curso de técnico de enfermagem, para possibilitar a esses profissionais, o desenvolvimento de habilidades linguísticas inerentes a sua profissão, inserindo-se com sucesso, no competitivo mercado de trabalho.

Nesse sentido, buscamos responder as seguintes perguntas: Por que inserir a Língua Portuguesa nos cursos técnicos? Como inserir essa disciplina nos eixos tecnológicos desses cursos? Qual a importância da Língua Portuguesa nesse nível de ensino? Para isso, precisamos definir o objeto língua portuguesa, com base na legislação, nos índices de avaliação, na origem da língua e na linguagem. A metodologia utilizada nesse trabalho foi baseada na pesquisa bibliográfica em livros e em artigos pesquisados na internet, assim como, foram utilizados dados do plano de curso da Escola GHC, do Curso Técnico em Enfermagem (BRASIL, 2012).

O trabalho é composto por nove títulos de fundamentação teórica, além desta introdução, a metodologia, as considerações finais e referências. Através da investigação de diversos teóricos, temos o título 2.0 e 2.1 à apresentação da escola GHC e o perfil do curso, pesquisado através do plano de curso (BRASIL, 2012), no título 2.2 temos a abordagem dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM, 2000), sobre o currículo, ainda nesse item, incluem-se as diretrizes gerais e orientadoras da proposta curricular e os quatro argumentos apontados pela UNESCO (2010), como eixos estruturais da educação na sociedade atual, a linguagem é definida no título 2.3 com o PCNEM (2000), a história da língua portuguesa no título 2.4 na concepção de Celso Cunha e Luís F. Lindley Cintra. (2007) Definimos a comunicação na língua portuguesa, no título 2.5 com os autores Antônio Augusto Gomes Batista (1997), Luiz Antônio Marcuschi (2008), Dominique Maingueneau (2001), os índices da língua portuguesa no ensino médio, veremos no título 2.6, na reportagem de Mariana Mandelli (2012) e também no artigo de Célia Maria Medeiros Barbosa da Silva e João Gomes da Silva Neto (2013).

A seguir, a visão da educação profissionalizante, veremos no título 2.7, com as autoras Maria Helena Salgado Bagnato (2007), Greicelene Aparecida Hespanhol Bassinelo, Cristiane Pessoa da Cunha Lacaz, Lourdes Missio, também na fundamentação das leis 11.741/2008, da resolução CEB nº04/99-a, do parecer CEB nº16/99-b, e do decreto nº 5.154/2004, finalmente, no título 2.8 a língua portuguesa no ensino técnico-profissionalizante no ponto de vista das autoras Maria Inês Pagliarini Cox e Sueli Correia Lemes Valezi (2011).

Através dessas fontes teóricas, traçamos os fundamentos que nos orientam para a sugestão da disciplina de *Língua Portuguesa*, como *Português Instrumental*, para ser inserida na grade curricular dos Cursos Técnicos em Saúde, da Escola GHC. Por meio dessa pesquisa, esperamos contribuir para o conhecimento na área da educação profissionalizante, trazendo subsídios para a melhoria dos atuais níveis do ensino técnico profissionalizante.

## 2 ESCOLA GHC

O Grupo Hospitalar Conceição (GHC) é um complexo de atenção à saúde localizado em Porto Alegre, vinculado ao Ministério da Saúde (MS) e que disponibiliza 1.572 leitos para os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). O grupo é constituído por quatro hospitais, sendo eles: o Nossa Senhora da Conceição, hospital geral direcionado para atendimento de adultos; o Hospital da Criança Conceição, hospital pediátrico que possui uma unidade anexa, o Instituto da Criança com Diabetes (ICD), um hospital-dia multidisciplinar de assistência e capacitação de equipes e familiares para o atendimento a crianças com diabetes; o Cristo Redentor, hospital de atendimento ao trauma, considerado o pronto socorro da zona norte de Porto Alegre; e o Fêmina, hospital voltado para a saúde da mulher.

Além das unidades hospitalares, o GHC possui um Serviço de Saúde Comunitária (SSC), com 12 unidades de atenção primária a saúde, e dois Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Conforme estatísticas da Gerência de Recursos Humanos, o GHC tem em média 7.436 trabalhadores (Brasil, 2012, pág.12). Conforme o Plano de Curso de Técnico em enfermagem (BRASIL, 2012), o Conselho de Administração do GHC, através da Resolução 012/09, aprovou a criação do Centro de Educação e Pesquisa em Saúde, baseado na Lei 8.080/90. Essa Lei dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, incluindo a formação de recursos humanos no campo de atuação do SUS.

Segundo o Plano de Curso de Técnico em enfermagem (BRASIL, 2012), em 2010 foi firmada uma parceria com o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), para o desenvolvimento de atividades de ensino, tornando-se uma Unidade Remota do campus Porto Alegre, passando disponibilizar cursos técnicos profissionalizantes.

| A missão do GHC é,

desenvolver ações de atenção integral à saúde para a população, com excelência e eficácia organizacional, através de seus recursos tecnológicos e humanos, programas de ensino e pesquisa, atuando em parcerias com outras entidades, fortalecendo o Sistema Único de Saúde e cumprindo, assim a função social (BRASIL, 2012, p.14).

Para intensificar a missão institucional, o Centro de Educação e Pesquisa em Saúde, tem por missão:

desenvolver políticas e ações de ensino, pesquisa, extensão, cooperação técnico-científica, produção e divulgação de informação científica, tecnológica e de inovação no campo da saúde, articulando as atividades desta área no GHC e no SUS com o objetivo de

qualificar a atenção, a gestão, a educação e a participação social no SUS e a ampliação das possibilidades de inclusão e desenvolvimento social e econômico (BRASIL, 2012, p. 14).

Este Centro atua com o objetivo de “ser centro de excelência na formação de trabalhadores de saúde, no desenvolvimento científico, tecnológico, inovação e de produção de tecnologias de gestão, atenção e educação respondendo aos desafios e necessidades do SUS” (BRASIL, 2012, p. 14).

A profissionalização desses trabalhadores deve considerar as novas perspectivas delineadas para a educação profissional no Brasil (Lei Federal nº 9.394/96, Decreto Federal 5.154/2004, Parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) nº 39/2004 e Resolução CNE/CEB nº3/2005) que a “Educação Profissional e Tecnológica, no cumprimento dos objetivos da Educação Nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia”. Também esta formação deve levar em consideração, as necessidades demandadas pelo SUS, que exige profissionais com capacidade de trabalhar nos diferentes setores, de forma a promover a melhoria dos indicadores de saúde e sociais, em qualquer nível do Sistema.

## 2.1 PERFIL DO CURSO

O objeto de estudo do presente trabalho, é o Curso Técnico de Enfermagem da Escola GHC - Centro de Educação Tecnológica e Pesquisa em Saúde, que é oferecido de forma gratuita e capaz de formar profissionais, a partir da defesa por uma educação transformadora, com enfoque no cuidado centrado nas necessidades do usuário, no trabalho em equipe marcado por práticas cuidadoras e no compromisso com o fortalecimento do Sistema Único de Saúde. Baseado no art.39, do inciso 1º, da atual LDB, o Curso Técnico de Enfermagem da Escola GHC, é organizado por eixos tecnológicos, proporcionando a construção de diversos caminhos formativos, observadas as diretrizes do respectivo sistema e nível de ensino.

Nesse sentido, conforme o Plano de Curso de Técnico em Enfermagem da Escola GHC (BRASIL, 2012), o curso propõe desenvolver atividades que propiciem um novo pensar e fazer em saúde, ocasionando a reflexão dos alunos no sentido de tornarem-se cidadãos e profissionais em saúde atuantes e engajados com esta proposta. A organização do percurso formativo está embasada no ciclo de vida de indivíduos e de populações (compreendidos como temas articuladores), sendo transversalizado pela perspectiva da integralidade da atenção e da produção de conhecimentos. Diante disto o curso é composto por 1.600h,

organizadas em três semestres: o primeiro semestre tem o foco na Produção do Cuidado à Saúde do Adulto e Idoso; o segundo semestre, na Saúde da Mulher e do Homem da Criança e Adolescente e o terceiro semestre na Produção de Cuidados ao paciente crítico.

Segundo o Plano de Curso de Técnico em enfermagem da Escola GHC (BRASIL, 2012), os três grandes temas articuladores são entrelaçados por quatro eixos temáticos transversais definidos como:

Eixo Temático I: Saúde, Sociedade, Cidadania em Enfermagem; Unidades Temáticas: Políticas Públicas de Saúde e SUS I, Políticas Públicas de Saúde e SUS II; Políticas Públicas de Saúde e SUS III.

Eixo Temático II: Caminhos da Pesquisa; Unidades Temáticas: Informação Científica e Tecnológica em Saúde; Metodologias da Pesquisa I/TCC; Metodologias da Pesquisa II/TCC; Metodologias da Pesquisa III/TCC.

Eixo Temático III: Fundamentos de Enfermagem; Unidades Temáticas: Cuidado Integral em Enfermagem I; Cuidado Integral em Enfermagem II; Cuidado Integral em Enfermagem III.

Eixo Temático IV: Atenção Integral à Saúde; Unidades Temáticas: Saúde do Adulto e do Idoso; Saúde da Mulher e do Homem da Criança e do Adolescente; Assistência Integral a Pacientes Críticos.

De acordo com o Parecer CNE/CEB nº 17/97, o currículo deve abranger as seguintes dimensões: “competências teóricas e práticas específicas da profissão; conhecimentos gerais relacionados à profissão e atitudes e habilidades comuns a uma área profissional e ao mundo do trabalho” (BRASIL, 1997). Segue abaixo a matriz curricular do curso Técnico de Enfermagem:

#### MATRIZ CURRICULAR

Semestre	Unidades Temáticas	Carga Horária
1º Semestre	Políticas Públicas de Saúde e SUS I	55h
	Informação Científica e Tecnológica em Saúde	5h
	Metodologias da Pesquisa I/TCC	10h
	Cuidado Integral em Enfermagem I	165h
	Saúde do Adulto e do Idoso	145h
	Estágio Curricular	85h
<b>Subtotal do semestre</b>		<b>465 h</b>
2º Semestre	Políticas Públicas de Saúde e SUS II	20h
	Metodologias da Pesquisa II/TCC	30h
	Cuidado Integral em Enfermagem II	110h
	Saúde da Mulher e do Homem da Criança e do Adolescente	220h
	Estágio Curricular	100h

<b>Subtotal do semestre</b>		<b>480 h</b>
3° Semestre	Políticas Públicas de Saúde e SUS III	20h
	Metodologias da Pesquisa III/TCC	20h
	Cuidado Integral em Enfermagem III.	55h
	Assistência Integral a Pacientes Críticos	345h
	Estágio Curricular	215h
<b>Subtotal do semestre</b>		<b>655 h</b>
<b>Total horas teóricas</b>		<b>1200h</b>
<b>Estágio curricular</b>		<b>400 h</b>
<b>Total Geral do Curso (total de horas teóricas + Estágio Curricular)</b>		<b>1600 h</b>

A proposta de ensino, conforme o Plano do Curso da Escola GHC (BRASIL, 2012, p. 18),

é a formação e transformação dos modos de fazer, de trabalhar, de produzir no campo da saúde. Sintonizar “o que fazer” com o “como fazer”, o conceito com a prática, o conhecimento com a transformação da realidade. A construção de uma proposta inovadora exige a permanente revisão de conceitos e práticas, a fim de que os saberes formalmente constituídos na área da saúde possam ser revistos a partir da integralidade e também da capacidade de convivência e aprendizado com os diferentes atores deste processo (BRASIL, 2012, p. 18).

Segundo o Plano do curso de Técnico em Enfermagem da Escola GHC (2012), o currículo está organizado de forma integrada para intensificar a aproximação de diferentes áreas de conhecimento, tem como fundamento as diretrizes específicas de organização de serviços do GHC convertidas em experimentação pedagógica, quais sejam: (1) Integralidade da atenção, (2) Participação na gestão e (3) Educação Permanente em saúde.

## 2.2 PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DO ENSINO MÉDIO

Conforme o Parâmetro Curricular Nacional do Ensino Médio (2000), o currículo, sendo parte fundamental da cidadania democrática, deve abarcar conteúdos e estratégias de aprendizagem que habilitem o ser humano para a realização de atividades nos três domínios da ação humana: a vida em sociedade, a atividade produtiva e a experiência subjetiva, estabelecendo relações que integrem homens e mulheres no plano universal das relações políticas, do trabalho e da simbolização subjetiva.

Ainda nesse sentido, incluem-se como diretrizes gerais e orientadoras da proposta curricular os quatro argumentos apontados pela UNESCO como eixos estruturais da educação na sociedade atual:

**Aprender a Conhecer:** Considera-se a importância de uma educação geral, ampliada, com expectativa de profundo estudo em determinada área de conhecimento. [...] Aprender a conhecer garante o aprender a aprender e fundamenta a passagem para a educação permanente, na medida em que fornece as bases para continuar aprendendo ao longo da vida (UNESCO, 2010, p. 13).

**Aprender a Fazer:** O desenvolvimento de habilidades e o estímulo à manifestação de novos desafios tornam-se processos essenciais, na medida em que criam as condições necessárias para novas experiências. Beneficiar o emprego da teoria na prática e engrandecer a vivência da ciência na tecnologia e destas no social passa a ter uma importância na construção da sociedade atual (UNESCO, 1998, p. 13-14).

**Aprender a Conviver:** Trata-se de aprender a inter-relacionar-se, aperfeiçoando o conhecimento do outro e a percepção das reciprocidades, de modo a permitir a realização de empreendimentos comuns ou a administração inteligente das divergências inevitáveis (UNESCO, 2010, p. 13).

**Aprender a Ser:** A educação deve estar comprometida com o desenvolvimento total do indivíduo. Aprender a ser supõe a preparação da pessoa para elaborar pensamentos independentes e críticos, exercitando a liberdade de pensamento e a percepção, formulando os seus próprios conceitos de valor, de modo que possa refletir sobre si mesmo, frente às diversidades da vida, criando sua própria autonomia (UNESCO, 2010, p. 14).

Ainda na perspectiva do aprender, Paulo Freire afirma que “aprender é um processo que pode deflagrar no aprendiz uma curiosidade crescente, que pode torná-lo mais e mais criador” (FREIRE, 2007, p. 24). O que Freire (2007) quis dizer, é que a construção do aprendizado se dá, através da capacidade de reflexão crítica do indivíduo sobre o objeto aprendido, desenvolvendo mais curiosidade em busca do conhecimento.

### 2.3 LINGUAGEM

Segundo o PCNEM (2000), a disciplina de Língua Portuguesa encontra-se amparada na área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, como no art.26, da LDB (1996), que fala da obrigatoriedade do estudo desta disciplina. Conforme o PCNEM (2000), a linguagem é considerada aqui como capacidade humana de associar significados coletivos em sistemas arbitrários de representação (signos linguísticos), que são compartilhados e que variam de acordo com as necessidades e experiências da vida em sociedade. A principal razão de qualquer ato de linguagem é a produção de sentido:

Podemos, assim, falar em linguagens que se inter-relacionam nas práticas sociais e na história, fazendo com que a circulação de sentidos produza formas sensoriais e cognitivas diferenciadas. Isso envolve a apropriação demonstrada pelo uso e pela compreensão de sistemas simbólicos sustentados sobre diferentes suportes e de seus instrumentos como instrumentos de organização cognitiva da realidade e de sua comunicação. Envolve ainda o reconhecimento de que as linguagens verbais, icônicas, corporais, sonoras e formais, dentre outras, se estruturam de forma semelhante sobre um conjunto de elementos (léxico) e de relações (regras) que são significativas: a prioridade para a Língua Portuguesa, como língua materna geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria interioridade (BRASIL, 2000, p. 19).

Nessa perspectiva, o homem se constitui sujeito, através das práticas de linguagem, tendo condições de refletir sobre seus atos. Pode-se ainda dizer que, o sujeito desenvolve uma relação intrínseca com a leitura – escrita, fala de si mesmo e do mundo que o circunda, através das atividades de compreensão e produção de textos, possibilitando nova significação para seus processos subjetivos. Seguindo essa lógica, o PCNEM (2000), fala que o processo de desenvolvimento do sujeito está intrínseco em seu processo de socialização, ou seja, o sujeito interage em diferentes instituições sociais como a família, as igrejas, a escola, as comunidades, os grupos de amigos, o trabalho, etc. Com essas relações estabelecidas, o sujeito aprende e apreende as formas de funcionamento da língua e as maneiras de manifestação da linguagem.

Conforme a construção do conhecimento, o sujeito utiliza-se da língua e da linguagem fazendo a contextualização de seu uso, deste modo, adequando a sua linguagem ao meio. Assim, o homem, em suas habilidades orais e escritas de comunicação, “recorre ao sistema linguístico – com suas regras fonológicas, morfológicas, sintáticas, semânticas e com seu léxico” (BRASIL, 2000, p. 25). Além desses sistemas, o que devemos também considerar, são os conhecimentos estabelecidos entre os sujeitos na sociedade, bem como a valorização do conhecimento de mundo que possuem, e que os leva as interações sociais.

## 2.4 HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Conforme Cunha & Cintra (2007), o nosso idioma derivou-se, do latim vulgar, como língua românica. O Latim Vulgar era assim denominado, porque tinha vocabulário reduzido, falado por aqueles que enfrentavam a vida pelo lado prático sem as preocupações de estilísticas do falar e do escrever, era a língua usada no colóquio diário pelos mais variados grupos sociais da Itália e das províncias. Embora, um tanto imprópria esta denominação,



tornou-se um termo técnico da Linguística. Já o latim literário, escrito com intenções artísticas, praticado por uma pequena elite, sob a benéfica influência grega, atingiu seu auge, no século I a.C., a alta perfeição de César e Cícero, ou da poesia de Vergílio e Horácio. Com o passar dos tempos, as conquistas dos Romanos sobre a Península Ibérica, sentiu-se uma diferença e uma separação entre a língua literária e a língua corrente, falada pelos soldados, colonos e funcionários romanos. Através das conquistas romanas, o latim vulgar foi disseminado entre os povos conquistados, dando origem às línguas românicas.

A língua românica era a continuação do latim vulgar, falada pelo povo. São elas: português, espanhol, catalão, provençal francês, italiano, rético, sardo e romeno. A evolução e a formação da Língua Portuguesa se deu por conta do domínio romano. Com várias invasões bárbaras no século V, e a queda do Império Romano no Ocidente, surgiram vários dialetos, e numa evolução constituíram-se as línguas modernas conhecidas como: neolatinas. Na Península Ibérica, várias línguas se formaram entre elas o catalão, o castelhano, o galego-português, deste último originou-se a língua portuguesa, (CUNHA & CINTRA, 2007). Da evolução da língua portuguesa destacam-se alguns períodos, conforme os autores acima:

Fase proto-histórica: Anterior ao século XII, com textos escritos em latim bárbaro (modalidade do latim utilizado apenas em documentos forenses da Idade Média).

Fase do português arcaico: Do século XII ao século XIV, com textos em galego-português e do século XIV ao século XVI, com a separação do galego e o português.

Fase do português moderno: A partir do século XVI, quando a língua portuguesa se padroniza e adquire as características do português atual. A primeira gramática de nossa língua foi impressa em Lisboa, no ano de 1536 por Fernão de Oliveira, a *Grammatica da lingoagem portuguesa*. O português é o meio natural de comunicação de mais de duzentos milhões de pessoas, o que equivale estar entre as dez línguas mais faladas do mundo, (CUNHA & CINTRA, 2007).

## 2.5 COMUNICAÇÃO NA LÍNGUA PORTUGUESA

Entre os seres humanos há a necessidade de comunicação por vários motivos, uma vez que vivemos em uma comunidade e nos relacionamos socialmente com as pessoas que ali vivem. Essa interação linguística ocorre devido à necessidade que temos em estabelecer uma comunicação com objetivos específicos (sociais, particulares), ou seja, há uma prática de socialização quando interagimos com outros seres humanos. Segundo Marcuschi (2008), a língua é um sistema de práticas com o qual os falantes/ouvintes (escritores/leitores) praticam e

expõem suas intenções com resultados adequados aos objetivos em cada situação, a língua se torna um discurso. Conforme Batista “Falar é agir tanto sobre si, como sobre os outros e sobre o mundo. Falar não é apenas comunicar algo e sim produzir sentidos, produzir identidades, imagens, experiências e assim por diante” (BATISTA, 1997, p. 21-22). De acordo com Marcuschi (2008), “é impossível não se comunicar verbalmente por algum gênero, assim como é impossível não se comunicar verbalmente por algum texto” (MARCUSCHI, 2008, p. 154). Isso mostra que toda manifestação verbal se dá por meio de textos que se apropriam de algum gênero textual.

Segundo o autor, os gêneros textuais fazem parte da sociedade e, por isso, o uso dos mesmos pode ser diferente, dependendo das tradições e práticas de cada povo. Bakhtin (1979), apud Marcuschi (2008), diz que é através das interações sociais que aprendemos a utilizar diferentes gêneros. Marcuschi (2008), afirma ainda que: o contexto define qual é o gênero textual que será utilizado, e ele chama esse contexto de domínio discursivo. “Entendemos como domínio discursivo uma esfera da vida social ou institucional (religiosa, jurídica, jornalística, pedagógica, política, industrial, militar, familiar, lúdica etc.)” (MARCUSCHI, 2008, p. 194). Outros autores, como por exemplo, Maingueneau (2001), também aborda a questão da atividade verbal como interação em um meio:

A atividade verbal é, na realidade, uma interatividade entre dois parceiros, sua marca nos enunciados encontra-se no binômio EU VOCÊ da troca verbal. A manifestação mais evidente da interatividade é a interação oral, a conversação, em que os dois locutores coordenam suas enunciações, enuncia em função da atitude do outro e percebem imediatamente o efeito de suas palavras sobre o outro (MAINGUENEAU, 2001, p. 55).

Para o autor, um domínio discursivo pode exigir o uso de diversos gêneros textuais, tanto escritos como falados, e um gênero pode ser empregado em diferentes domínios. Outro conceito importante quando se fala de construção de texto é a subjetividade. Para Marcuschi (2008), é a capacidade do locutor se propor como sujeito em relação à existência de um interlocutor. A noção de subjetividade em um diálogo depende da pessoa que produz a fala e implica em reciprocidade. A subjetividade é fundamental para se analisar os dêiticos (este, aqui, agora, hoje, etc.), sendo importante para se compreender o texto e saber a relação destes pronomes dentro do mesmo. Seguindo a análise das vozes do discurso, segundo Maingueneau (2001), a polifonia no enunciado se manifesta através do “eu” que fala e se responsabiliza por esse enunciado. A partir disso, temos a fonte de referências enunciativas que apoiam o

enunciado na situação de enunciação, posicionando-se como responsável pelo ato de fala realizado (asserção, pedido, ordem e pergunta).

Para o autor, a polifonia é complexa porque em um enunciado, pode ter várias vozes percebidas ao mesmo tempo. Podemos perceber isso em um discurso relatado, em que o enunciador cita no discurso direto a fala de alguém, não sendo responsável e nem sendo o ponto de referência de apoio dessa fala na situação de enunciação. Para o autor, o discurso direto (DD) restitui as falas citadas, dissociando-se das duas situações de enunciação: a do discurso citante e a do discurso citado. Na citação do DD, o enunciador traz a fala do enunciador citado, de forma fiel dando um efeito de autenticidade do discurso, sendo marcado com aspas, travessão, itálico e citação em bloco. Esse efeito de autenticidade dá-se o nome de encenação, pois, o DD não é cópia de uma fala real, e sim “a encenação de uma fala atribuída à outra fonte de enunciação” (MAINGUENEAU, 2001, p. 143).

Para que haja um domínio discursivo entre o locutor e o interlocutor, é necessário que esta comunicação se faça presente nas escolas de educação média e profissionalizante. Para que esse aprendizado seja efetivo, é fundamental o papel do professor de língua portuguesa, pois este deve proporcionar aos alunos oportunidades de terem contato com diferentes gêneros textuais, assim como momentos em sala de aula em que eles aprendam a reconhecer as características de diversos gêneros e como produzi-los, efetivando o ato de comunicar-se.

É necessário, também, que a exploração e produção dos diferentes gêneros textuais sejam vinculadas à realidade dos alunos no ensino médio e profissionalizante, pois assim eles perceberão um maior sentido no uso dos gêneros, aprendendo a empregá-los corretamente em situação de uso. Desenvolvendo assim, o potencial artístico, estabelecendo relações cognitivas e afetivas que têm um significado importante para as suas vidas.

## 2.6 ÍNDICES DA LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO MÉDIO

Conforme notícia publicada por Mariana Mandelli, do Todos pela Educação (2012), o Ensino Médio registrou uma melhora nas taxas de aprovação da rede pública: de 71,8% para 75,2% entre os últimos cinco anos, considerando o período compreendido entre 2007 e 2011. As taxas mais baixas de aprovação permanecem no 1º ano. Os dados são do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Segundo Mariana (2012), as taxas de reprovação bateram recorde histórico em 2011: 14,1% na rede pública, índice acima da média nacional (que inclui a rede privada), que foi de 13,1%. No geral, as escolas públicas do País, tanto da zona rural quanto da urbana, apresentam as piores taxas. O 1º ano do Ensino Médio é o que

apresenta a pior situação, com quase 20% dos alunos reprovados. A evasão também é maior no ano de 2011: 13,2%, acima da média total e da média do País. A tabela abaixo mostra dados apresentados pela rede pública em 2011.

Taxa	Série					
	Total	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	Total Não-Seriado
<b>Aprovação</b>	75,2%	67,7%	77,3%	83,8%	88%	77,5%
<b>Reprovação</b>	14,1%	19,1%	12,8%	8,2%	4,3%	10,7%
<b>Abandono</b>	10,7%	13,2%	9,9%	8%	7,7%	11,8%

Fonte: Inep 2011.

Uma das possibilidades para a alta taxa de reprovação apresentada pelo Ensino Médio no ano de 2011 seria segundo o economista e coordenador do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGV), Marcelo Neri em entrevista para Mariana Mandelli, do Todos pela Educação (2012), a incorporação de mais pessoas nessa etapa de ensino, atraídas pela chance de, futuramente, conquistar uma vaga em uma faculdade ou universidade. “Hoje, temos um grande processo de inclusão no Ensino Superior, com o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Programa Universidade Para Todos (ProUni). Com esses mecanismos mais inclusivos, o Ensino Médio passa a ser visto como porta de entrada para eles (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2012, p. 1)”, explica. “Este cenário atrai mais gente, incorporando assim pessoas de condições socioeconômicas mais baixas e que estavam fora do sistema (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2012, p. 1)”. Segundo Mariana Mandelli, do Todos pela Educação, (2012), o Ensino Médio vem sendo alvo de debate das políticas públicas nos últimos anos. Os dados de desempenho mostram uma situação crítica: apenas metade dos jovens com 19 anos declaram ter concluído o Ensino Médio. Além disso, apenas 11% dos que acabam essa etapa da Educação Básica aprenderam o que era esperado dos conteúdos básicos.

Conforme artigo publicado na revista Alfa, por Silva & Neto (2013), a discussão sobre a disciplina de língua portuguesa no ensino médio tem sido o ápice de questionamentos teóricos e metodológicos em frente aos níveis preocupantes dos resultados apresentados, nestes últimos anos, pelos sistemas de avaliação educacional em andamento em nosso país, como o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) e o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), que vêm indicando sérias limitações dos egressos da educação básica quanto à leitura e à escrita em língua portuguesa. De acordo com os PCNEM (BRASIL, 1999, p. 105), nessa área estão [...] destacadas as competências que dizem respeito à constituição de significados que serão de grande importância para a aquisição e formalização de todos os

conteúdos curriculares, para a constituição da identidade e o exercício da cidadania. As escolas certamente identificarão nesta área as disciplinas, atividades e conteúdos relacionados às diferentes formas de expressão, das quais a Língua Portuguesa é imprescindível.

Ainda para Silva & Neto (2013), por meio dessas competências, não se pretende diminuir os conhecimentos a serem adquiridos, mas sim explicar os limites nos quais o aluno desse nível de ensino venha a ter dificuldades para dar continuidade a seus estudos e participar da vida social. Ao todo são dez competências, das quais seis estão diretamente relacionadas à disciplina de língua portuguesa, uma vez que se voltam à ideia de que toda linguagem transporta em seu interior uma visão de mundo, repleta de significados. Estes, por sua vez, ultrapassam o aspecto formal da língua, pois o estudo isolado desse aspecto, sem levar em conta a inter-relação pragmática, semântica e gramatical própria da funcionalidade da língua, desvincularia o aluno do seu caráter social. Nesse caso, a língua materna, tanto na modalidade oral como na escrita, teria o papel de viabilizar o entendimento e o encontro dos discursos empregados nas mais diversas situações da vida social. É, pois, dentro dessa perspectiva que, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio,

o ensino da disciplina de língua portuguesa deve procurar desenvolver, no aluno dessa última etapa da educação básica, uma competência linguística cuja essência não se pauta na exclusividade do domínio técnico do uso da língua "padrão", mas, sobretudo, no saber empregar a língua na sua diversidade, em que se leva em consideração o contexto interativo (SILVA & NETO, 2013, p. 2).

## 2.7 EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE

Conforme Bagnato et al. (2007), a identidade do curso técnico é pouco clara, no que tange a sua historicidade, pois se situa no ensino médio. Por conta de sua natureza de mediação entre a educação fundamental e a formação profissional, a sua concepção, a sua organização e a sua estrutura geram uma proposta pedagógica ambígua. Nesse sentido, não atende as finalidades de estudo dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental como a preparação para o trabalho e para a cidadania. A educação profissionalizante de nível técnico, também sofre influências das mudanças materiais de produção referente às mudanças políticas no país, de cada período histórico, ressignificando a função do processo educativo nas perspectivas econômicas, social e ideológica (BAGNATO ET AL.2007).

Para Bagnato Et al. (2007), o sistema de globalização traz uma realidade complexa e negativa, evidenciando relações sociais excludentes, globalizando o capital financeiro de especulação. Este, se movimentando segundo interesses, de pequenos grupos detentores do

poder econômico, tomando para si o conhecimento, a ciência e as novas tecnologias de áreas estratégicas, ocasionando consequências para os meios de organização e o acesso ao trabalho, bem como novos requisitos para a qualificação profissional. Também é importante levar em conta a participação de organismos internacionais, como o Banco Mundial, nas proposições gerais das políticas educacionais do país, que se faz presente, através de alguns princípios como, o da equidade, em substituição ao da igualdade através de estratégias de desregulamentação, descentralização, autonomia e privatização.

Segundo Bagnato et al. (2007), este contexto geral nos leva a compreender movimentos de resistência do Executivo e das forças políticas e econômicas conservadoras ao projeto da LDB, que tramitava na câmara dos deputados em meados de 1988, promovendo uma grande discussão e participação da comunidade acadêmica e de outros setores sociais, a respeito de inúmeras sugestões para alguns substitutivos. O Projeto de Lei que resulta na LDB nº 9394, de 1996, se diferencia da primeira proposta apresentada, tendo modificações no conteúdo e no processo de elaboração, com a União responsabilizando-se pelos recursos para o ensino fundamental, quando os Estados e os Municípios não conseguirem assumir estes gastos; também cabe ao Estado se responsabilizar, pelo ensino médio.

A Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, faz algumas alterações na Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, “redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional tecnológica” (BRASIL, 2008, p. 5). As alterações registradas pela Lei nº 11.741, que estabelecem as diretrizes para a educação profissional, foram realizadas nos seguintes artigos:

Conforme o artigo 39, a educação profissional e tecnológica, incorpora-se as diferentes formas e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, preparando o indivíduo a desenvolver habilidades para a vida futura. Ainda no inciso primeiro do referido artigo, os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a elaboração de diferentes caminhos de aprendizado, conforme as normas de ensino (BRASIL, 2008).

No inciso 2º, a educação profissional e tecnológica abrangerá os cursos “de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; educação profissional técnica de nível médio; educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação” (BRASIL, 2008, p. 5). O conhecimento alcançado nestas áreas da educação e até no trabalho, poderá sofrer avaliação, ser reconhecido e ter certificado para a continuação e conclusão de estudos, conforme o artigo 41.

Já no artigo 42, a lei diz que as instituições de educação profissional e tecnológica, “podem oferecer cursos especiais, além dos regulares, abertos à comunidade, condicionados a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade” (BRASIL, 2008, p. 5). A Lei nº 11.741, fez alterações significativas na LDB de 1996, no que se refere à seção IV-A, do artigo 36-A, da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, que o ensino médio, responsável por atender a formação geral do estudante, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas e também para o trabalho, sendo que a qualificação deste profissional poderá ser desenvolvida pela própria escola ou por instituição especializada (BRASIL, 2008).

A educação profissional técnica de nível médio será associada ao ensino médio e também, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio, é o que diz o artigo 36-B. Também prevê o artigo 36-C, que o ensino articulado, do nível referido acima, será desenvolvido de forma integrada, oferecido apenas a quem já tenha concluído o ensino fundamental e que seja na mesma instituição de ensino, realizando-se uma matrícula para cada aluno. Este aluno deverá ser conduzido a um curso planejado, que o habilite a uma formação profissional técnica de nível médio. Também poderá ser oferecido ao mesmo tempo, aos alunos que já estejam cursando ou ingressem ao ensino médio, na mesma instituição ou em instituições distintas visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado (BRASIL, 2008). Segundo o artigo 36-D, os diplomas registrados de cursos de educação profissional técnica de nível médio, “terão validade nacional e habilitarão ao prosseguimento de estudos na educação superior” (BRASIL., 2008, p. 5). A modalidade articulada referida acima poderá oferecer certificados de qualificação para o trabalho, após as etapas de terminalidade com os devidos aproveitamentos de conclusão do curso.

Este novo contexto educacional, a partir destas mudanças regulamentadas nos artigos acima citados, direciona o ensino técnico profissionalizante, ao auxílio às necessidades do mercado. No que se refere ao currículo da educação profissionalizante, está orientado pela resolução CEB nº 04/99-a, simultaneamente ao Parecer CEB nº 16/99-b (BRASIL, 1999-a - b). A resolução direciona para os fundamentos norteadores da educação profissional de nível médio, evidenciando a independência e a articulação com este nível, desenvolvimento das capacidades para o trabalho, autonomia da escola em seu projeto pedagógico, atualização permanente dos currículos e cursos e identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso. Os métodos para a organização e o planejamento dos cursos, segundo o artigo 4º da Resolução CEB nº 04/99-a, acolhem as solicitações dos cidadãos, do mercado e da sociedade

combinadas com as demandas identificadas, com a vocação e a capacidade institucional da escola ou da rede de ensino (BRASIL, 1999- a-b).

Partindo do princípio que a escola tem autonomia para organizar seus cursos e currículos, conforme a Resolução nº 04/99-a, propomos uma alteração na grade curricular do Curso Técnico em Enfermagem da Escola GHC. O que nos levou a sugerir essa alteração? Foi o baixo índice de entendimento e aprendizagem dos conteúdos básicos do Ensino Médio, revelados pela pesquisa do INEP. Os alunos saem da Educação Básica, despreparados para enfrentar um curso técnico-profissionalizante que os preparará para o mercado de trabalho. Levando em contradição o artigo 36-A da Lei nº 11.741/96 da LDB, onde diz que o ensino médio é responsável por atender a formação geral do estudante, e prepará-lo para o exercício de profissões técnicas, como também para o trabalho.

Para que possamos corrigir essa falha, é imprescindível acrescentarmos na grade curricular dos cursos técnicos, em especial o curso Técnico em Enfermagem já acima citado, a disciplina de Língua Portuguesa como Português Instrumental, voltado para a linguagem técnica desse curso, a fim de instrumentalizar o profissional a ler, interpretar e escrever os relatórios, evoluções condizentes à sua profissão.

Para Bagnato et al. (2007), a exigência da Resolução é o processo de competências profissionais para a formação do trabalhador demarcando as diferentes áreas de atuação profissional e estabelecendo as cargas horárias mínimas para cada atuação profissional. A referência básica para a organização do curso é a área profissional que compreende as competências profissionais gerais, comuns a todos os técnicos da área, unindo-se às competências específicas para cada curso a serem definidas pela escola em função do perfil de conclusão. Neste âmbito, a responsabilidade dos educadores é buscar e organizar uma formação profissional que leve em conta as necessidades do trabalhador e não apenas as expectativas do mercado. Isso implica em enfrentar os desafios presentes na educação e acreditar nas possibilidades de transformações, almejando uma formação politécnica preocupada com a construção dos sujeitos, na história, no mundo do trabalho, dotado de consciência crítica que lhe possibilite autonomia e competência ao se relacionar com o mundo.

Em 2004, o Decreto nº 2.208/97 foi revogado, sendo substituído pelo Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Este novo decreto não introduz mudanças significativas na estrutura do ensino profissionalizante vinculando a mesma lógica e princípios de organização por áreas profissionais e articulação das áreas de educação, trabalho e emprego, ciência e tecnologia, dando continuidade à proposta do programa formativo que objetiva a qualificação



para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador. Este novo decreto prevê apenas a inclusão de outra possibilidade do desenvolvimento da educação profissional que pode ocorrer de forma integrada com o ensino médio além das formas concomitante e sequencial previstas no decreto anterior. Assim sendo, como educadores que somos, temos que habilitar esses alunos ao competitivo mercado de trabalho e também às suas necessidades, para que ao ingressarem nesse mercado, eles possam aplicar o que aprenderam nas suas vidas e nos seus cotidianos, levando-os ao crescimento profissional. Para isso, convidamos a Escola GHC, a aceitar o nosso desafio e acreditar nas possibilidades de transformações, desejando ser uma escola de excelência. No tópico a seguir, veremos a importância e a possibilidade de inserirmos o Português Instrumental nos cursos técnicos.

## 2.8 LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO TÉCNICO-PROFISSIONALIZANTE

Nos últimos anos, o Brasil, vem construindo um novo contexto educacional, devido à expansão da rede de ensino profissionalizante implementada pelo Governo Federal, juntamente com as demandas de mercado, possibilitando a qualificação do trabalhador e também, elevando seu nível de escolaridade. O economista e coordenador do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGV), Marcelo Neri em entrevista para Mariana Mandelli, do Todos pela Educação (2012), confirma a afirmação acima dizendo que a incorporação de mais pessoas no ensino médio, se dá através da chance de, futuramente, conquistar uma vaga em uma faculdade ou universidade. E diz ainda:

Hoje, temos um grande processo de inclusão no Ensino Superior, com o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Programa Universidade Para Todos (ProUni). Com esses mecanismos mais inclusivos, o Ensino Médio passa a ser visto como porta de entrada para eles, explica. Este cenário atrai mais gente, incorporado assim pessoas de condições socioeconômicas mais baixas e que estavam fora do sistema (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2012, p. 1).

Conforme o artigo publicado por Cox e Valezi (2011), o crescimento significativo do ensino profissionalizante tem provocado insegurança entre os professores de língua portuguesa e de outras disciplinas da área de ciências humanas e sociais que atuam nesse contexto. Principalmente entre aqueles com pouca experiência profissional, contratados emergencialmente, recém-concursados ou até mesmo entre os veteranos, sempre há dúvidas, sobre como ser professor de português na educação profissional. Na dúvida e na falta de formações e orientações específicas, os professores que atuam nesse espaço reproduzem ações

pedagógicas comuns à prática vivenciada em outros contextos de ensino. Por isso a educação brasileira vem apresentando baixos índices de desenvolvimento, afetando o ensino técnico profissionalizante. Dentre as diversas possibilidades que têm gerado tais processos, pode-se dizer que um dos motivos para tal, apoia-se no fato de que esse professor, vem de uma habilitação orientada para uma educação universal, ou ele é um profissional liberal que vira professor. No artigo de periódicos científicos da Universidade Federal de Mato Grosso, (2011), as autoras abordam um trabalho realizado no Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso (CEFETMT), no campus de Cuiabá, no qual entrevistaram professores da área técnica, que atuam nos cursos de nível médio: construção civil e telecomunicação. O objetivo dessas entrevistas é de “apreender as perspectivas de significado direcionadas à disciplina língua portuguesa no contexto da educação profissionalizante” (COX, VALEZI, 2011, p. 148).

Segundo Cox e Valezi (2011), a disciplina de Língua Portuguesa, está presente praticamente em todos os cursos do ensino técnico- profissionalizante realizados pelo CEFET-MT, hoje IFMT. Ao invés de diminuir, expandiu-se, encontrando espaço até mesmo na grade curricular dos cursos de formação superior tecnológica, quando estes foram criados no período de implantação do CEFET-MT. Essa inclusão da língua portuguesa nos cursos técnico-profissionalizantes do IFMT reflete a preocupação dos docentes, que projetaram os cursos em relação às habilidades de leitura e produção textual dos alunos e principalmente com a prática deles no mercado de trabalho, cada vez mais exigente, no que se refere à qualidade da formação profissional feita pelas escolas técnicas. Alavancados pelas vozes da categoria empresarial, os professores, coordenadores, diretores que representam a área técnica expõem as novas demandas quanto à formação de “mão-de-obra”. Segundo as autoras, entre as demandas que vêm do mundo do trabalho, é repetidamente observado que hoje o profissional precisa saber se expressar em público,

precisa saber fazer um relatório, precisa ser capaz de se atualizar por conta própria sendo um bom leitor, enfim, precisa desenvolver sua competência comunicativa para usar a língua em conformidade com as exigências da situação (COX, VALEZI, 2011, p. 153).

As autoras realizam entrevistas com um professor da área da construção civil, e ele disse que ao longo dessa última década, todas as áreas técnicas sofreram grandes mudanças. Disse também que o profissional técnico, tem que se comunicar mais, hoje em dia, ele tem que ler, interpretar e escrever textos técnicos, para ele, houve uma evolução nas habilidades desse profissional. Para Cox e Valezi (2011), segundo esse professor, houve mudanças

significativas nas práticas discursivas dos profissionais das áreas técnicas. Estabelecendo uma relação entre as comunicações de hoje, com as década passada, o professor ressalta a evolução nas práticas profissionais, pois eles estão sendo mais exigidos em relação às habilidades de leitura, interpretação e aplicação de textos técnicos.

Conforme Cox e Valezi (2011), nas sociedades com uma forte divisão de trabalho, espera-se do técnico que ele seja só um técnico, um sujeito que tá na obra, e não que ele seja também capaz de ler, interpretar, aplicar e escrever textos. Em nível de pressuposto, esse enunciado atualiza a ideologia capitalista da divisão do trabalho em técnico (manual) e intelectual. O profissional de hoje, não contribui somente com a mão de obra, mas sim com as habilidades linguísticas aplicadas a sua profissão. Se evidenciam mudanças em relação às práticas sociais do mundo capitalista e à ideologia da divisão do trabalho que o tem mantido desde a revolução industrial. O mundo evoluiu e hoje o técnico não somente aperta parafusos, mas ele precisa se informar continuamente sobre o parafuso que aperta, sob pena de ficar defasado e ser excluído do mercado de trabalho. Instigado a falar sobre a função da disciplina Língua Portuguesa, o professor da área da construção civil observa que o aluno aprende com o professor de Língua Portuguesa a construir uma estrutura organizada de pensamento para se comunicar, não que o aluno não tenha, mas acredita, que o professor de Língua Portuguesa, tem a habilidade de organizar e sistematizar as ideias, por isso ele pode ajudar o aluno a fazer um bom relatório, dessa forma produzindo documentos consistentes.

Para Cox e Valezi (2011), esse professor traz a sua concepção de ensino de Língua Portuguesa nos cursos técnicos, o que ele espera dos seus alunos em relação à competência linguística quando passarem pelas mãos de um professor dessa área. Nesse professor, emerge a concepção de linguagem como expressão do pensamento no momento em que faz referência à necessidade de se estruturar o pensamento, na hora de se comunicar. Ele admite que o aluno tenha essa estrutura, no entanto, não sabe se comunicar. O domínio da habilidade de organização do pensamento é atribuído ao professor de Língua Portuguesa. Assim, além de ajudar o aluno a desenvolver essa habilidade, deve ajudá-lo a sistematizar as informações adquiridas nas aulas técnicas. Para tanto, deve-se ensinar a produzir textos em forma de relatório que se assemelha a uma estrutura organizada e consistente. Há um ponto essencial a ser observado na fala desse professor: o uso da expressão ‘construir’, para se referir ao trabalho que deve ser feito com o aluno, há uma reflexão das vozes que falam segundo os novos modelos educacionais, enfatizando o deslocamento do ensino de conteúdos para o desenvolvimento de competências pelos sujeitos que aprendem.

Segundo Cox e Valezi (2011), a necessidade de amparar-se em fortes argumentos diante de um mercado cada vez mais exigente, provoca mudanças no gênero relatório técnico, que hoje também se vale do rigor da ciência, exigindo informações quantitativas e qualitativas acerca do que é relatado. Assim, é exigida a padronização e o embasamento científico nos relatórios produzidos nas empresas e essa coerção é transferida para as práticas pedagógicas das instituições responsáveis pela formação do futuro profissional. As autoras trazem uma visão instrumentalista acerca do trabalho com a Língua Portuguesa no ensino técnico profissionalizante, pois tem que ter essa disciplina aplicada nas áreas específicas, conforme as necessidades de cada curso e de cada instituição. A proposta de inserção da Língua Portuguesa como Português Instrumental, é para habilitar o profissional técnico a fazer relatórios técnicos, prestação de contas, propostas de serviço, inerentes a sua área com vocabulário técnico, com coesão e coerência, para que outra pessoa possa lê-los e até aplicá-los de forma competente.

Conforme Cox e Valezi (2011), na concepção do professor, a compreensão de um texto é de plena responsabilidade do produtor. Para que se faça a comunicação através de um texto, não basta decodificá-lo, mas sim, produzir sentido ao que lê. Ainda para as autoras (2011), atribui-se à Língua Portuguesa a função de suporte à produção do tipo de escrita exigida em qualquer tipo de participação no mercado pelos profissionais da Construção Civil. Eles são constantemente requisitados a escrever ‘relatórios técnicos’, ‘prestação de contas’ e ‘proposta de serviço’. Para ressaltar o sentido de obrigatoriedade dessas práticas discursivas, os enunciados são construídos com o modalizador ‘tem que ser’. E se o profissional não souber ‘escrever’, ele estará fora do mercado de trabalho, o que evidencia o alto grau de valorização dado à competência linguística do aluno para a sua atuação no meio profissional. Para elas, a voz do professor referido nesse artigo, sugere a predominância de uma formação discursiva voltada para a educação técnico-profissionalizante, que se traduz numa concepção instrumental de ensino de língua portuguesa.

Ao trazermos a referência desse artigo, reforçamos a ideia de como é importante as habilidades e competências da Língua Portuguesa, aplicada aos profissionais da área técnica. Por isso, a necessidade de implementar essa disciplina nos cursos técnicos das instituições, para contribuir no processo de ensino-aprendizagem do futuro profissional.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesse trabalho foi baseada na pesquisa bibliográfica em livros e em artigos pesquisados na internet, assim como, foram utilizados dados do plano de curso da Escola GHC, do Curso Técnico em Enfermagem.

O trabalho é composto por nove títulos, que através da investigação de diversos teóricos, temos à apresentação da escola GHC e o perfil do curso, pesquisado através do plano de curso (BRASIL, 2012), temos a abordagem do PCNEM(2000), sobre o currículo, ainda nesse item, incluem-se as diretrizes gerais e orientadoras da proposta curricular e os quatro argumentos apontados pela UNESCO(2010) como eixos estruturais da educação na sociedade atual, a linguagem é definida com o PCNEM (2000), a história da língua portuguesa na concepção de Celso Cunha e Luís F. Lindley Cintra(2007). Definimos a comunicação na língua portuguesa, com os autores Antônio Augusto Gomes Batista (1997), Luiz Antônio Marcuschi (2008), Dominique Maingueneau (2001), os índices da língua portuguesa no ensino médio, na reportagem de Mariana Mandelli (2012) e também no artigo de Célia Maria Medeiros Barbosa da Silva e João Gomes da Silva Neto(2013). A seguir, a visão da educação profissionalizante, veremos com as autoras Maria Helena Salgado Bagnato (2007), Greicelene Aparecida Hespanhol Bassinelo, Cristiane Pessoa da Cunha Lacaz, Lourdes Missio, também na fundamentação das leis 11.741/2008, da resolução CEB nº04/99-a, do parecer CEB nº16/99-b, e do decreto nº 5.154/2004, finalmente, a língua portuguesa no ensino técnico-profissionalizante no ponto de vista das autoras Maria Inês Pagliarini Cox e Sueli Correia Lemes Valezi (2011).

Através dessas fontes teóricas, traçamos os fundamentos que nos orientam para a sugestão da disciplina de *Língua Portuguesa*, como *Português Instrumental*, para ser inserida na grade curricular dos Cursos Técnicos em Saúde da Escola GHC. Em relação à metodologia que utilizamos, *pesquisa bibliográfica*, MORENO (2005), explica que pesquisar envolve, antes da redação do trabalho, o aprendizado de uma série de procedimentos essenciais:

Fazer um levantamento bibliográfico preliminar, selecionar as obras que realmente serão consultadas, delimitar adequadamente o tema do trabalho, recolher e armazenar informações necessárias, e organizá-las. Dominados esses procedimentos, você estará capacitado a escrever um texto de sua autoria. Seu trabalho, por sua vez, vai refletir um conhecimento verdadeiramente adquirido a respeito do tema estudado(MORENO, 2005, pág.35).

Para o autor é necessário fazer um levantamento bibliográfico, que consiste em relacionar, por escrito, as obras que tratam do tema em questão. Para ser completa, deve haver obras de três

divisões do acervo da biblioteca, são eles: dicionários e enciclopédias, livros e periódicos, todos com as devidas referências.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A nossa pesquisa parte de um problema que tem sido o centro de questionamentos na área educacional. Em face aos níveis preocupantes dos resultados apresentados, nos últimos anos, a partir de constatações dos dados de pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), referente ao desempenho crítico dos alunos da educação básica, apresentado pelo sistema de avaliação educacional em nosso país, como o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) e o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), que vem indicando sérias dificuldades dos alunos da educação básica quanto à leitura e à escrita em língua portuguesa.

Para atender à questão, propõe-se a intervenção na grade curricular, possibilitando a inserção desta disciplina, podendo ser renomeada como “Português Instrumental”, voltada para instrumentalizar a linguagem e a produção textual dos alunos dos cursos técnicos da Escola GHC. O curso escolhido para o presente estudo é o “Curso Técnico de Enfermagem”. Baseado no art.39, do inciso 1º, da atual LDB, o Curso Técnico de Enfermagem da Escola GHC, é organizado por eixos tecnológicos, proporcionando a construção de diversos caminhos formativos, observadas as diretrizes do respectivo sistema e nível de ensino.

Segundo o Plano de Curso da Escola GHC (BRASIL, 2012), o currículo está organizado de forma integrada para intensificar a aproximação de diferentes áreas de conhecimento, tem como fundamento as diretrizes específicas de organização de serviços do GHC convertidas em experimentação pedagógica, quais sejam: (1) Integralidade da atenção, (2) Participação na gestão e (3) Educação Permanente em saúde. Para ir ao encontro à proposta de ensino da Escola GHC, o PCNEM (2000), define que o homem se constitui sujeito, através das práticas de linguagem, tendo condições de refletir sobre seus atos. Pode-se ainda dizer que, o sujeito desenvolve uma relação essencial no ato de comunicar-se quando utiliza-se das habilidades linguísticas, desenvolvendo em si uma nova significação para seus processos subjetivos. Seguindo essa lógica, o PCNEM, fala que o processo de desenvolvimento do sujeito está inerente em seu processo de socialização, ou seja, o sujeito interage em diferentes instituições sociais como a família, as igrejas, a escola, as comunidades, os grupos de amigos, o trabalho, etc. Com essas relações estabelecidas, o sujeito aprende e apreende as formas de funcionamento da língua e as maneiras de

manifestação da linguagem. A partir dessas reflexões, sugerimos então, uma alteração na matriz curricular dos Cursos Técnicos em Saúde, da escola referida acima. O quinto eixo tecnológico, chamado: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Unidades Temáticas: Português Instrumental I, Português Instrumental II e Português Instrumental III, com carga horária de 20h para cada semestre. Para amparar essa sugestão, referimos o art.26, da LDB (1996), que fala da obrigatoriedade do estudo desta disciplina.

Devido à importância desse assunto, devemos lembrar algumas competências do profissional da área técnica em enfermagem. Competências específicas do Técnico de Enfermagem, respeitando as determinações da Lei do Exercício Profissional, do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, da Resolução CEB nº 04/99, das normas institucionais e da supervisão do enfermeiro: Realizar atividades de cunho administrativo relacionado a recursos materiais, ambientais e humanos, conhecendo a dimensão intelectual e a operacional deste processo; Desenvolver competências e habilidades necessárias para a assistência de enfermagem especializada ao paciente dentro de seu âmbito de atuação.

Nessa perspectiva, esse profissional deverá prestar as informações corretas aos pacientes, seus familiares e superiores, usar a comunicação oral para expressar-se, bem como, deverá preencher corretamente formulários, escrever relatórios e fazer evoluções de enfermagem utilizando a linguagem técnica, para isso, esse profissional, precisa saber escrever de forma clara e precisa para que se faça entender, estabelecendo a comunicação entre as partes. Desse modo, o olhar do mercado de trabalho, para o profissional que saiba ler, escrever, e falar, será um olhar de oportunidades.

Por isso a importância de programar a língua portuguesa no nível técnico, como base instrumental, encaminhando-se para o desenvolvimento exclusivo de habilidades linguísticas que direcionem o exercício competente da profissão na atualidade. Conforme Cox e Valezi (2011) se deseja formar para o mercado de trabalho, um leitor-escrevente que saiba ler e produzir os gêneros discursivos técnicos de sua profissão. Formar cidadãos que participem liberadamente, como falantes-ouvintes e leitores-escreventes, de todas as práticas sociais do mundo em que vivem.

## REFERÊNCIAS:

BAGNATO, Maria Helena Salgado; BASSINELLO, Greicelene Aparecida Hespanhol; LACAZ, Cristiane Pessoa da Cunha; MISSIO, Lourdes. **Ensino médio e educação profissionalizante em enfermagem: algumas reflexões.** Rev. esc. enferm. USP vol.41 no.2 São Paulo June 2007. <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342007000200015>

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. **Aula de português: discurso e saberes escolares.** Porto Alegre: Martins Fontes, 1997.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 set. 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal do Rio Grande do Sul. BRASIL; Ministério da Saúde. Grupo Hospitalar Conceição; **Plano do curso técnico em enfermagem.** Porto Alegre, 2012.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 17/97.** Estabelece as diretrizes operacionais para a educação profissional em nível nacional. Brasília, DF, dez. 1997. Disponível: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislação/tecnico/legisla\\_tecnico\\_parecer1797.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislação/tecnico/legisla_tecnico_parecer1797.pdf). Pesquisado em 19/09/2013.

BRASIL. Ministério da Educação. PCNEM. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio**, Brasília, 2000.

BRASIL. Lei nº 11741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394/96, despacho do Ministro, publicado no **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 jul. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 04/99.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF, out. 1999-a.

Disponível: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislação/tecnico/legisla\\_tecnico\\_resoluçao0499.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislação/tecnico/legisla_tecnico_resoluçao0499.pdf). Pesquisado em 09/10/2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 16/99.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF, dez. 1999-b.

Disponível: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislação/tecnico/legisla\\_tecnico\\_parecer1699.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislação/tecnico/legisla_tecnico_parecer1699.pdf). Pesquisado em 09/10/2013.

CUNHA, Celso e CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo** – 4ª.ed.-Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 2007 (Coleção Leitura)



MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Trad. Cecília Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.

MORENO, Cláudio. **Curso básico de redação**: destinado ao segundo grau e vestibular. Editora: Ática, 2005

SILVA, Célia Maria Medeiros Barbosa da; NETO, João Gomes da Silva. **A língua portuguesa no ensino médio: conteúdos de ensino e o desenvolvimento da aula**. Alfa, rev. linguíst. (São José Rio Preto) vol.57 no.1 São Paulo 2013.

### SITES PESQUISADOS

<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/v.18,n.23.2011,págs.148-160> >Sueli Correia Lemes Valezi, Maria Inês Pagliarini Cox Pesquisado em 05/09/2013

<http://portal.inep.gov.br/> Pesquisado em 05/09/2013.

<http://portal.mec.gov.br/> Pesquisado em 04/09/2013

<http://www.portaleducacao.com.br/enfermagem/artigos/1048/tecnicos-e-auxiliares-em-enfermagem#ixzz2i8NQwUox> Pesquisado em 19/10/2013.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) Pesquisado em 05/09/2013

<http://www.scielo.org/php/index.php> Pesquisado em 03/09/2013

<http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/noticias.2012,pág.1-2/22949/no-ensino-medio-indice-de-reprovacao-bate-recorde-em-2011/> Pesquisado em 07/09/2013.

<http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>. Educação um Tesouro a Descobrir: Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. Brasília, 2010,pág.13-14.Título original: DELORS, Jacques. Learning: the treasure within; report to UNESCO of the International Commission on Education for the Twentyfirst Century (highlights). Paris: UNESCO, 1996. Pesquisado em 14/11/2013.